

**INTERFACES ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA
E RELATO INTEGRADO NO SETOR ENERGÉTICO: UMA
ABORDAGEM TEÓRICA COM BASE NA AÇÃO COMUNICATIVA E
NA TEORIA DOS STAKEHOLDERS**

***INTERFACES BETWEEN CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY
AND INTEGRATED REPORTING IN THE ENERGY SECTOR: A
THEORETICAL APPROACH BASED ON COMMUNICATIVE ACTION
AND STAKEHOLDER THEORY***

***INTERFACES ENTRE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL
CORPORATIVA Y LA INFORMACIÓN INTEGRADA EN EL SECTOR
ENERGÉTICO: UN ENFOQUE TEÓRICO BASADO EN LA ACCIÓN
COMUNICATIVA Y LA TEORÍA DE LOS STAKEHOLDERS***

DIEGO FONSECA MASCARENHAS

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA).

JOSUÉ DE LIMA CARVALHO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA). Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

ROSSICLÉA FERREIRA DO NASCIMENTO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA).

MÁRIO VASCONCELLOS SOBRINHO

Pós-Doutorado na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Doutorado na University of Wales Swansea (UWS). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA).

JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR

Doutor em Direitos Fundamentais e Novos Direitos (UNESA/RJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais da Universidade da Amazônia (PPGDF/UNAMA).



RESUMO

O estudo investiga Relatos Integrados (RI) e Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor energético, à luz da teoria da ação comunicativa de Habermas e da teoria dos *stakeholders* de Freeman. Analisa como essas práticas promovem transparência e engajamento de *stakeholders*, identificando padrões na literatura e desafios como fragmentação das divulgações ambientais e baixa legibilidade dos relatórios. Propõe caminhos para integrar sustentabilidade e governança ética. A metodologia inclui análise bibliométrica e de conteúdo (2010-2024) nas bases Elsevier e Web of Science, utilizando IRaMuTeQ. Os resultados indicam maior adoção de RI e RSC, mas apontam desafios na comunicação. Propõe diretrizes para aprimorar a clareza dos relatórios, promovendo governança corporativa mais ética e transparente.

Palavras-chave: Relatos integrados; Responsabilidade social corporativa; Setor energético; Teoria da ação comunicativa; Teoria dos *stakeholders*.

ABSTRACT

The study investigates Integrated Reporting (IR) and Corporate Social Responsibility (CSR) in the energy sector, in light of Habermas's theory of communicative action and Freeman's stakeholder theory. It analyzes how these practices promote transparency and stakeholder engagement, identifying patterns in the literature and challenges such as fragmentation of environmental disclosures and low readability of reports. It proposes ways to integrate sustainability and ethical governance. The methodology includes bibliometric and content analysis (2010-2024) in the Elsevier and Web of Science databases, using IRaMuTeQ. The results indicate greater adoption of IR and CSR, but point out challenges in communication. It proposes guidelines to improve the clarity of reports, promoting more ethical and transparent corporate governance.

Keywords: Integrated Reporting; Corporate Social Responsibility; Communicative Action; Energy Sector; Stakeholder Theory.

RESUMEN

El estudio investiga Informes Integrados y Responsabilidad Social Corporativa en el sector energético, a la luz de la teoría de la acción comunicativa de Habermas y la teoría de stakeholders de Freeman. Analiza cómo estas prácticas promueven transparencia y participación de stakeholders, identificando patrones en la literatura y desafíos como fragmentación de información ambiental y baja legibilidad de informes. Propone maneras de integrar sostenibilidad y gobernanza ética. Incluye análisis bibliométrico y de contenido (2010-2024) en bases de datos de Elsevier y Web of Science, utilizando IRaMuTeQ. Los resultados indican una mayor adopción de RI y RSE, pero señalan desafíos en la comunicación. Propone directrices para mejorar los informes, promoviendo una gobernanza corporativa más ética y transparente.

Palabras clave: Informes integrados; Responsabilidad social corporativa; Sector energético; Teoría de la acción comunicativa; Teoría de los *stakeholders*.

1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) constitui um arcabouço amplo de práticas organizacionais voltadas à atuação ética, socialmente responsável e ambientalmente sustentável. Nesse contexto, o Relato Integrado (RI) desponta como uma importante ferramenta de comunicação e prestação de contas, ao reunir, em um único documento, informações financeiras e não financeiras que refletem os impactos e estratégias de sustentabilidade das organizações. No setor energético, marcado por elevados níveis de consumo de recursos naturais e emissões de poluentes, a adoção de práticas de RSC e de instrumentos como o RI torna-se ainda mais relevante, tanto no debate acadêmico quanto nas exigências do ambiente empresarial contemporâneo.

Com base na teoria da ação comunicativa de Habermas (1984) e na teoria dos *stakeholders* de Freeman (1984), este trabalho busca explorar como as empresas do setor energético desenvolvem e comunicam suas práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), valendo-se de instrumentos como o Relato Integrado (RI), no esforço de construir legitimidade frente às demandas contemporâneas por transparência, inclusão e sustentabilidade.

Habermas (1984) argumenta que a legitimidade das ações organizacionais não se estabelece apenas por sua eficácia, mas também pela capacidade de engajar os diversos *stakeholders* em um diálogo ético, inclusivo e deliberativo. Sob essa perspectiva, o RI pode ser entendido como um meio de estabelecer um discurso racional entre a empresa e a sociedade, promovendo um entendimento mútuo acerca de suas práticas e objetivos.

O conceito de *stakeholders*, conforme proposto por Edward Freeman (1984), representa uma mudança paradigmática na compreensão das dinâmicas organizacionais. Para Freeman (1984), *stakeholders* são todos aqueles que podem afetar ou ser afetados pelos objetivos da organização, ampliando o foco além dos acionistas para incluir empregados, clientes, fornecedores, comunidades e o meio ambiente. Essa abordagem reflete uma transformação teórica na forma como se propõe que as empresas compreendam suas responsabilidades, transcendendo, ao menos em termos normativos, a lógica do lucro imediato para também considerar o impacto social e ambiental de suas atividades. Contudo, na prática, muitas organizações adotam essas diretrizes sobretudo em resposta a pressões regulatórias, normativas ou reputacionais, o que coloca em debate o grau de internalização efetiva desses princípios no cotidiano corporativo.



O objetivo geral deste estudo é analisar o estado da arte sobre o uso de práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor energético, com ênfase em seus mecanismos de comunicação institucional, especialmente os Relatos Integrados e Relatórios de Sustentabilidade, a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas (1984, 1998), avaliando sua eficácia na promoção de transparência e governança ética.

Esta investigação se justifica diante da crescente adoção de instrumentos de prestação de contas socioambientais por empresas do setor energético, muitas vezes guiada por pressões regulatórias ou reputacionais, mas ainda marcada por lacunas em termos de transparência comunicativa, legitimidade e engajamento efetivo de *stakeholders*. Essa realidade aponta para a necessidade de se problematizar como tais instrumentos são utilizados no discurso corporativo e em que medida eles incorporam valores éticos e dialógicos propostos por teorias críticas como a ação comunicativa de Habermas.

Ao buscar integrar os marcos conceituais da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), do Relato Integrado (RI) e da teoria da ação comunicativa, esta pesquisa visa ampliar o entendimento acadêmico sobre as relações entre comunicação, legitimidade e sustentabilidade no setor energético, contribuindo também para o aperfeiçoamento de políticas públicas e estratégias empresariais mais éticas.

Para aprofundar essa análise, o presente estudo estabelece como objetivos específicos: identificar a produção científica recente sobre práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Relato Integrado (RI) no setor energético; examinar os principais desafios comunicacionais apontados na literatura, com ênfase na fragmentação das informações e na legibilidade dos relatórios; e avaliar, ancorado na teoria da ação comunicativa de Habermas, em que medida esses instrumentos comunicacionais contribuem para a construção de práticas organizacionais mais legítimas, éticas e transparentes.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: **em que medida os Relatos Integrados (RI) e as práticas de RSC adotadas por empresas do setor energético incorporam os princípios da ação comunicativa habermasiana e promovem, de fato, transparência, legitimidade e engajamento com os *stakeholders*?**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC), além de se configurar como um conjunto de práticas organizacionais, constitui também um referencial teórico que orienta a atuação empresarial frente às demandas sociais e ambientais contemporâneas. Está diretamente relacionada à teoria dos *stakeholders*, sendo compreendida como um comportamento ético e corporativo que responde às necessidades e expectativas dos diversos grupos de interesse (FREEMAN; LIEDTKA, 1991). Tal perspectiva amplia a noção de responsabilidade corporativa ao reconhecer que as empresas operam em constante interação com diferentes públicos e devem considerar os impactos de suas ações para além de interesses econômicos imediatos.

Enquanto a abordagem tradicional, conforme defendida por Milton Friedman (1970), limitava a responsabilidade das empresas à maximização dos lucros para os acionistas, Freeman (1984) mostra a importância de as organizações equilibrarem interesses econômicos, sociais e ambientais para atender às expectativas dos *stakeholders* sob a ótica da responsabilidade social corporativa. A RSC, quando bem implementada, contribui para esse equilíbrio ao criar valor compartilhado entre empresa e sociedade, atuando como ponte entre os objetivos corporativos e as demandas externas que atravessam a esfera social e ambiental.

Nesse sentido, a RSC pode ser assumida como uma prática integrada à gestão estratégica da organização (CARROLL, 1991). Freeman destaca que os gestores devem buscar esse equilíbrio entre os interesses dos diversos *stakeholders*, promovendo um ambiente corporativo comprometido não apenas com o lucro, mas também com o bem-estar da sociedade. Isso implica considerar o impacto das atividades empresariais sobre a comunidade, o meio ambiente e as relações de trabalho (AGUDO-VALIENTE; GARCÉS-AYERBE; SALVADOR-FIGUERAS, 2015), consolidando a RSC como elemento essencial para a legitimação das ações organizacionais em contextos de alta complexidade e cobrança social.

A articulação entre a teoria dos *stakeholders* e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) também se evidencia na classificação proposta por Clarkson (1995), que distingue *stakeholders* primários, essenciais para a sobrevivência da empresa, como acionistas, empregados, clientes e fornecedores, e *stakeholders*



secundários, como a mídia e organizações da sociedade civil, cuja influência recai sobre a reputação e a legitimidade social da organização.

Essa distinção é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de engajamento eficazes, pois permite que as organizações identifiquem e priorizem as demandas mais relevantes em seus processos decisórios. A forma como as empresas se comunicam com esses públicos, e em que medida estabelecem um diálogo ético e transparente com seus *stakeholders*, abre espaço para uma análise mais profunda com base na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas (1984), como será explorado a seguir.

2.2 TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Habermas diferencia a racionalidade comunicativa, focada no diálogo e no consenso, da racionalidade instrumental, que prioriza a eficiência e o controle (HABERMAS, 2012). No contexto da RSC, essa distinção é crucial para avaliar se as práticas corporativas estão focadas na racionalidade substantiva (diálogo e consenso) ou instrumental.

Nesse sentido, destaca-se a Diferença entre Razão Instrumental e Ação Comunicativa: Habermas (1984) distingue a razão instrumental da ação comunicativa para explicar diferentes formas de interação social. A razão instrumental está associada à busca de resultados específicos e ao controle de processos, sendo orientada para a eficácia e a eficiência. No contexto empresarial, isso se traduz em decisões que visam maximizar lucros, reduzir custos e aumentar a produtividade (HABERMAS, 2012). Por outro lado, a ação comunicativa baseia-se na busca pelo entendimento mútuo e na construção de consensos através do diálogo, valorizando a participação, a transparência e o respeito às diferentes perspectivas **dos interlocutores sociais envolvidos no processo comunicacional** (HABERMAS, 2003).

Enquanto a razão instrumental pode levar as empresas a adotar práticas de RSC de forma estratégica, visando apenas benefícios reputacionais ou vantagens competitivas, a ação comunicativa promove uma abordagem mais ética e autêntica, em que o compromisso com a responsabilidade social é um valor intrínseco à cultura organizacional (CUKIER; **BAUER; MIDDLETON**, 2003). Uma RSC autêntica, portanto, emerge quando as organizações transcendem o uso instrumental da



comunicação e se engajam em processos de diálogo genuínos com seus *stakeholders* (INOCÊNCIO, 2022).

No âmbito da teoria da ação comunicativa, Habermas propõe quatro pretensões de validade essenciais para a comunicação autêntica: inteligibilidade, verdade, legitimidade e sinceridade (HABERMAS, 1984). A inteligibilidade refere-se à clareza da mensagem, garantindo que todos os participantes do diálogo compreendam o conteúdo (FORESTER, 2003). A verdade está relacionada à precisão das informações transmitidas, sendo fundamental para a credibilidade da organização (HABERMAS, 2012). A legitimidade envolve a conformidade com normas sociais e valores compartilhados, assegurando que o discurso seja aceito pelos interlocutores (GARCÍA-MARZÁ, 2005). Por fim, a sinceridade refere-se à autenticidade das intenções do emissor, demonstrando compromisso genuíno com o que é comunicado (HABERMAS, 2003).

A Pragmática Universal de Habermas estabelece as condições ideais para o discurso, baseando-se na premissa de que o entendimento mútuo é alcançado quando os participantes podem expressar livremente suas opiniões, questionar argumentos e revisar suas posições com base em razões válidas (HABERMAS, 1984). Esse conceito é particularmente relevante para a RSC, pois destaca a importância da transparência e do engajamento efetivo dos *stakeholders* nos processos decisórios organizacionais (CUKIER; BAUER; MIDDLETON, 2003).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da análise qualitativa, foi selecionado um conjunto composto por quinze artigos científicos, sendo dez dos mais citados e cinco dos mais recentes, todos relacionados ao uso de Relato Integrado (RI) e Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor energético. O recorte temporal abrangeu publicações entre 2010 e 2024, permitindo captar tanto a consolidação dos conceitos quanto as tendências mais contemporâneas.

A seleção foi realizada a partir de buscas sistemáticas nas bases *Elsevier* e *Web of Science*, com critérios que consideraram a relevância temática, o número de citações e a atualidade, excluindo-se literatura cinza (relatórios e documentos não revisados por pares), a fim de garantir rigor metodológico.



A análise foi conduzida a partir da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas (1984) e da teoria dos *stakeholders* de Edward Freeman (1984), que forneceram os marcos interpretativos para a identificação de elementos como a inclusão dos *stakeholders*, os mecanismos de diálogo nas práticas empresariais e a legitimidade das ações corporativas frente às demandas por ética, transparência e sustentabilidade.

A análise qualitativa dos artigos selecionados foi conduzida com base nas abordagens teóricas predominantes sobre Relato Integrado (RI), Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e sustentabilidade no setor energético. A categorização do material empírico seguiu os critérios de análise de conteúdo de Bardin (2016), com foco na identificação de padrões discursivos e temáticos recorrentes.

Para sistematizar essa análise, foi adotada uma matriz de categorização fundamentada em três dimensões teóricas, conforme Arroyo, Coutinho e Gomes, (2024), que articulam comunicação organizacional, legitimidade e responsabilidade socioambiental. As dimensões estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões analíticas utilizadas na categorização dos artigos

Dimensão	Descrição
Ação Comunicativa e Transparência	Exploração do uso de linguagem clara e acessível nos relatórios.
Democracia Deliberativa e Inclusão	Avaliação da representatividade dos stakeholders e da criação de espaços de diálogo.
Ética e Responsabilidade	Análise do compromisso das empresas com o bem comum e o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Arroyo, Coutinho e Gomes, (2024).

A partir dessa estrutura, foi possível identificar como os artigos abordam, com diferentes ênfases, elementos relacionados à clareza comunicativa, inclusão dos públicos relevantes e compromisso ético das organizações. Essa categorização consolidou os eixos teóricos centrais da análise e orientou a etapa de interpretação dos dados qualitativos.

Para aprofundar a análise textual, foi utilizada a classificação hierárquica descendente proposta por Reinert (1990), que permite segmentar o corpus em classes léxicas com base na frequência e coocorrência de termos. Esse método possibilita a identificação de núcleos discursivos estruturantes, favorecendo a compreensão de padrões temáticos emergentes.

O processamento foi realizado no software IRaMuTeQ, que operacionaliza a técnica de Reinert (1990) e permite a associação das classes a categorias interpretativas. A codificação foi orientada pelos marcos teóricos de Habermas (1984, 1998) e Freeman (1984), visando à identificação de representações discursivas relacionadas à transparência comunicativa, legitimidade ética e formas de engajamento dos *stakeholders* nos processos decisórios organizacionais, especialmente em práticas de sustentabilidade, como o uso de indicadores ambientais, participação em conselhos e impacto sobre políticas internas e externas, conforme identificado nas análises de Kim, Jung e Lee (2024), Hussain, Wang e Benqian (2024) e Saha e Khan (2024).

A análise cartográfica viabilizou a visualização dos temas mais recorrentes no corpus em torno da RSC, do RI e das dimensões do discurso organizacional no contexto da sustentabilidade corporativa. Esses temas refletem as principais tensões entre racionalidade instrumental e comunicativa, além de revelarem os desafios enfrentados pelas organizações na legitimação de suas práticas frente aos diversos públicos envolvidos.

4 RESULTADOS

Conforme destacado por Freeman (1984), o engajamento efetivo dos *stakeholders* nos processos de formulação, execução e avaliação das práticas de sustentabilidade é determinante para o sucesso organizacional. A análise qualitativa dos quinze artigos selecionados revelou que, em diversos casos, como nos estudos de Kim, Jung e Lee (2024) e Hussain, Wang e Benqian (2024), esse engajamento ocorre de forma limitada, frequentemente como resposta a pressões externas ou com foco na obtenção de benefícios reputacionais.

Essa orientação instrumental das práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está alinhada à crítica de Habermas (2012) quanto à predominância da racionalidade instrumental nas práticas institucionais e nas dinâmicas sistêmicas que regulam as relações entre organizações e sociedade. A ausência de mecanismos efetivos de comunicação com *stakeholders*, como comunidades locais, grupos vulneráveis e colaboradores, evidencia uma lacuna na incorporação de princípios éticos e inclusivos baseados na ação comunicativa.



Embora o setor energético tenha avançado na adoco de práticas de RSC e Relatos Integrados, os dados sugerem que tais iniciativas ainda carecem, em muitos contextos, de processos deliberativos que promovam participacão ativa, transparência acessível e legitimidade discursiva.

Entretanto, os dados também revelam exemplos pontuais de priorizaco do diálogo autêntico com *stakeholders*, como nos estudos de Atif *et al.* (2021) e Alda (2019). O primeiro destaca a importância da diversidade de gnero em conselhos corporativos como fator de ampliaco das perspectivas estratégicas e promoco da inclusão de interesses variados nos processos decisórios. O segundo aborda o papel dos fundos de pensão socialmente responsáveis (SR) na promoco de práticas de governança sustentável, evidenciando sua influência positiva sobre a transparência corporativa e o uso de energia renovável. Ambos os exemplos permitem observar, ainda que de forma incipiente, a aplicacão de aspectos da ao comunicativa conforme proposta por Habermas (1984), ao sinalizarem esforços voltados  construo de decisões mais legítimas, inclusivas e orientadas ao bem comum.

Essas evidências indicam que, em determinados contextos, a RSC  apresentada não apenas como ferramenta estratégica, mas como um reflexo de compromisso ético com a inclusão de múltiplas perspectivas, especialmente quando se considera o papel de conselhos diversos e investidores institucionais na definicão de práticas sustentáveis. Essa abordagem está em consonância com o princípio da legitimidade discursiva, que reforça a importância do consenso e da participacão no contexto das relaes corporativas (GARCÍA-MARZ, 2005).

4.1 SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA SOB O PRISMA HABERMASIANO: DIÁLOGOS, INCLUSÃO E LEGITIMAO

Os trabalhos de Niyommaneerat, **Suwanteep e Chavalparit** (2023) e Ye *et al.* (2022) abordam a integrao de práticas sustentáveis, como o uso de indicadores ambientais e o desenvolvimento financeiro verde, em estratégicas de governança corporativa. Essas iniciativas são apresentadas como alinhadas a resultados positivos em sustentabilidade. No entanto, sob uma leitura crítica inspirada na teoria da ao comunicativa de Habermas (1984), observa-se que os estudos não exploram, de forma aprofundada, mecanismos de diálogo inclusivo ou de engajamento transparente com os *stakeholders*. Tal ausência de discussão explícita sobre a dimensão



comunicativa das práticas analisadas limita a avaliação de sua legitimidade discursiva. Nesse sentido, Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) reforçam que práticas organizacionais só podem ser percebidas como legítimas quando construídas por meio de interações éticas e deliberativas com a sociedade.

Shin et al. (2018) analisam a influência da liderança ética sobre as atitudes dos empregados frente às práticas de responsabilidade social corporativa no setor energético. Embora o estudo evidencie a relevância da ética na percepção dos colaboradores, a pesquisa não aprofunda aspectos ligados à inclusão de *stakeholders* externos nos processos decisórios. Sob a perspectiva da teoria da ação comunicativa de Habermas (1998) e da abordagem de Freeman (1984), a construção da legitimidade organizacional exige a promoção de diálogos transparentes e inclusivos com todos os públicos impactados, o que sugere uma possível lacuna na dimensão comunicativa das práticas analisadas.

Atif *et al.* (2021) investigam a diversidade de gênero em conselhos corporativos e seu impacto em decisões relacionadas à sustentabilidade. A diversidade amplia as perspectivas estratégicas e promove a inclusão de interesses variados. Essa diversidade é essencial para fortalecer a racionalidade comunicativa, criando decisões mais justas e equilibradas (FREEMAN, 1984; HABERMAS, 1984). Ainda que o estudo destaque os benefícios da diversidade para a tomada de decisões em sustentabilidade, não se aprofunda em como tais práticas são operacionalizadas por meio de processos deliberativos e inclusivos, o que limita a compreensão de seu alinhamento com princípios comunicativos mais amplos.

Alda (2019) aborda o papel dos fundos de pensão socialmente responsáveis (SR) na promoção de práticas de governança sustentável, evidenciando sua influência positiva sobre a transparência corporativa e o uso de energia renovável. No entanto, ao enfatizar os impactos dos grandes acionistas institucionais, a análise ignora potenciais assimetrias de poder que podem emergir no processo de decisão. Habermas (1984) argumenta que, para que práticas organizacionais sejam percebidas como legítimas, é necessário que se baseiem em processos comunicativos transparentes, nos quais os interesses de todos os afetados, especialmente dos grupos mais vulneráveis, sejam considerados por meio de diálogos abertos e inclusivos.

Apesar do potencial transformador dos fundos SR, Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) apontam que a governança sustentável deve ser fundamentada em



interações éticas e deliberativas, um aspecto que não é devidamente explorado no estudo.

Gliedt e Hoicka (2015) examinam o processo decisório em projetos de eficiência energética e energia renovável, destacando que tais decisões são frequentemente orientadas por critérios econômicos. Embora o estudo reconheça a importância de práticas de responsabilidade social como motivação secundária, ele subestima a necessidade de critérios sociais e ambientais como parte central da tomada de decisão. Inspirando-se na teoria da ação comunicativa de Habermas (1984), pode-se argumentar que a legitimação das práticas organizacionais requer a inclusão deliberativa de diferentes perspectivas, especialmente sociais e ambientais, nos processos decisórios, de modo a garantir que as ações estejam alinhadas a princípios éticos, inclusivos e orientados ao bem comum.

A crítica, aqui, está na ausência de mecanismos para assegurar que o interesse público seja equilibrado com as metas financeiras das organizações. Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) reforçam que as decisões corporativas não devem apenas gerar retorno econômico, mas também criar valor para a sociedade de forma ampla e inclusiva.

Post, Rahman e McQuillen (2016) discutem a dimensão interna da responsabilidade social corporativa (RSC), enfatizando seu impacto positivo no comprometimento organizacional dos funcionários. Apesar dos avanços apresentados, o estudo adota uma abordagem funcionalista, tratando o comprometimento dos trabalhadores como uma ferramenta para alcançar resultados organizacionais, sem explorar suficientemente o papel do diálogo inclusivo e da justiça no ambiente interno.

À luz da teoria da ação comunicativa de Habermas (1998), pode-se argumentar que práticas internas de RSC tornam-se mais legítimas quando fundamentadas em uma comunicação ética e deliberativa, que priorize as necessidades e aspirações dos colaboradores de maneira transparente. Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) destacam que o engajamento interno só é legítimo quando transcende a instrumentalização dos trabalhadores, promovendo seu papel como participantes ativos nos processos de decisão.

Mory, Wirtz e Göttel (2016) também exploram a RSC interna, concentrando-se nos efeitos de diferentes estratégias de responsabilidade social sobre o comprometimento afetivo e normativo dos empregados. Apesar de evidenciar que



estratégias explícitas de RSC podem fortalecer o vínculo entre colaboradores e empresas, o estudo não aborda a criação de espaços institucionais para que os trabalhadores participem ativamente da formulação de políticas internas ou expressem suas preocupações de forma dialógica.

Habermas (1984) enfatiza que a sustentabilidade do comprometimento organizacional depende de uma racionalidade comunicativa, na qual os colaboradores sejam tratados não apenas como recursos estratégicos, mas como agentes participativos em decisões corporativas, e, nesse sentido, a ausência desses espaços deliberativos pode limitar a legitimidade comunicativa das práticas corporativas analisadas.

Os recentes avanços em sustentabilidade corporativa, como discutido por Yi et al. (2024) e Keskin e Esen (2024), destacam a importância de políticas públicas e práticas empresariais que promovam a eficiência energética e a economia circular. Enquanto Yi et al. (2024) demonstram como políticas de comercialização de energia renovável podem reduzir emissões de carbono, Keskin e Esen (2024) evidenciam que relatórios integrados, muitas vezes, apresentam baixo nível de legibilidade, criando barreiras para o engajamento efetivo dos *stakeholders*.

Nesse contexto, Habermas (1998) argumenta que a legitimidade **das práticas de sustentabilidade organizacional, especialmente aquelas comunicadas por meio de relatórios integrados**, depende de uma comunicação clara e acessível, que permita a inclusão de vozes diversas no processo decisório. Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) reforçam essa perspectiva ao apontar que a transparência deve ser acompanhada de uma abordagem dialógica que legitime as ações corporativas junto à sociedade.

Kim, Jung e Lee (2024) destacam que empresas com desempenho ambiental insatisfatório tendem a buscar tecnologias de energia renovável como forma de melhorar sua reputação e atender a pressões externas. De forma complementar, Saha e Khan (2024) enfatizam que características do conselho administrativo, como o tamanho e a presença de comitês de auditoria, afetam diretamente as divulgações ambientais de empresas. **No entanto, ambos os estudos apresentam limitações analíticas ao priorizarem a dimensão dos resultados corporativos e não explorarem de forma aprofundada os mecanismos de participação ativa dos stakeholders nos processos decisórios.** Habermas (1984) adverte que práticas corporativas só alcançam legitimidade quando incluem o diálogo deliberativo entre



todos os atores impactados, enquanto Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) enfatizam que práticas centradas exclusivamente em ganhos corporativos podem ser percebidas como meramente instrumentais.

A integração entre gestão responsável, responsabilidade social corporativa (RSC) e qualidade total (TQM) foi amplamente analisada por Hussain, Wang e Benqian (2024), que demonstram que a TQM atua como mediadora na relação entre a RSC e a sustentabilidade em projetos de energia renovável. Apesar de reconhecerem o papel estratégico dessas práticas para melhorar os resultados organizacionais, os autores observam que as organizações analisadas negligenciam a necessidade de um engajamento ético e deliberativo em suas abordagens de sustentabilidade (HUSSAIN; WANG; BENQIAN, 2024). Habermas (1998) sugere que a eficiência operacional deve ser complementada por uma comunicação ética que priorize o bem comum e não apenas os objetivos corporativos. Nesse sentido, Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) reforçam que a sustentabilidade deve ser construída de forma inclusiva, garantindo que os interesses de todas as partes impactadas sejam considerados.

Os trabalhos de Yi *et al.* (2024) e Saha e Khan (2024) destacam a importância de considerar as especificidades regionais e setoriais na formulação de estratégias de sustentabilidade. Yi *et al.* (2024) mostram que o impacto das políticas de energia renovável varia conforme a localização regional e a estrutura de propriedade das empresas, enquanto Saha e Khan (2024) argumentam que a separação de divulgações ambientais (ar, água e energia) oferece maior clareza para *stakeholders*.

No entanto, a fragmentação das informações, como apontado por Keskin e Esen (2024), pode dificultar o entendimento e minar o engajamento efetivo. Habermas (1984) ressalta que a comunicação corporativa deve ser integrada e acessível, **uma vez que práticas comunicacionais pouco claras ou excessivamente fragmentadas tendem a restringir a participação de grupos com menor acesso técnico à informação, resultando, na prática, na exclusão de determinadas vozes do debate sobre sustentabilidade.**

A análise integrada dos estudos revela um ponto de convergência importante: a sustentabilidade corporativa **alcança maior legitimidade e impacto social quando as práticas empresariais são sustentadas por processos deliberativos e inclusivos, que promovam participação ativa, transparência e equidade nas decisões organizacionais.** Seja na redução de emissões (YI *et al.*, 2024), na busca



por inovação tecnológica (KIM; JUNG; LEE, 2024) ou na gestão responsável (HUSSAIN; WANG; BENQIAN, 2024), os resultados apontam para a necessidade de um alinhamento mais robusto com os princípios da comunicação ética e transparente. Habermas (1998) e Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) reforçam que é apenas por meio de interações dialógicas e inclusivas que as empresas poderão equilibrar seus interesses econômicos com as demandas sociais e ambientais, construindo uma sustentabilidade que seja, ao mesmo tempo, legítima e transformadora.

Embora os trabalhos analisados demonstrem avanços nas práticas corporativas voltadas à sustentabilidade, **alguns estudos revelam uma limitação quanto à explicitação de mecanismos de comunicação efetiva com stakeholders externos. Em especial, observa-se uma carência de estratégias voltadas ao engajamento de comunidades locais e grupos vulneráveis, como evidenciado nas análises de Shin et al. (2018) e Alda (2019), cujos enfoques priorizam aspectos internos ou institucionais da governança corporativa, sem detalhar processos inclusivos e deliberativos de participação social.** Para Habermas (1998), a inclusão de todas as vozes é essencial para legitimar as práticas corporativas e fortalecer a confiança entre empresas e sociedade.

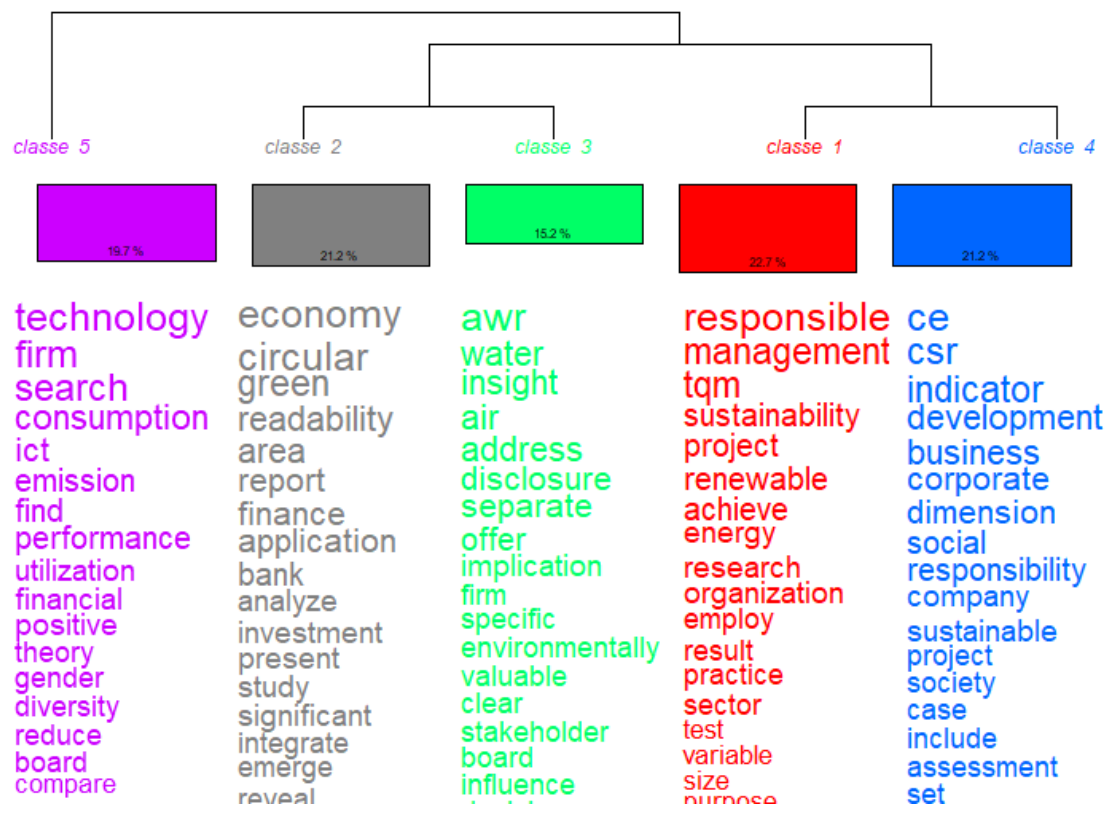
4.2 CARTOGRAFIA DISCURSIVA: ANÁLISE DE REINERT NOS ESTUDOS DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A análise realizada por meio do método de Reinert, aplicado aos 15 artigos selecionados, forneceu uma visão aprofundada sobre as estruturas discursivas presentes nos estudos sobre sustentabilidade e responsabilidade social corporativa (RSC). O método permitiu identificar classes temáticas distintas, relacionadas à frequência e à ocorrência de termos, bem como à organização dos discursos nos textos analisados.

A partir da análise realizada pelo método de Reinert (1990) e considerando as lentes teóricas da teoria dos *stakeholders* (Freeman, 1984) e do pensamento habermasiano (1984, 1998), propomos a nomeação dos fatores (classes) para refletir as perspectivas teóricas. A figura a seguir demonstra a distribuição das classes.

Figura 1 – Principais termos por classe temática identificada na CHD (IRaMuTeQ)





Fonte: Iramuteq/Autores (2025).

O corpus textual foi segmentado automaticamente pelo software IRaMuTeQ em segmentos de texto com média de 35 palavras. Utilizou-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) com corte mínimo de frequência de 3 ocorrências por palavra. Foram consideradas apenas classes com percentual de retenção lexical superior a 95,7%, visando garantir a representatividade estatística das categorias.

A Classe 1 (22,7%), nomeada de Gestão Responsável e Deliberação Inclusiva, destaca-se pela ênfase em termos como "*responsible management*", "*tqm*", "*sustainability*" e "*project*". Isso reflete o foco em práticas de gestão organizacional voltadas para a eficiência e a responsabilidade social no contexto de projetos de energia renovável. A relação entre TQM (*Total Quality Management*) e sustentabilidade é evidente, apontando para a necessidade de práticas éticas e deliberativas, como defendido por Habermas (1998), para legitimar tais iniciativas junto aos *stakeholders*.

A Classe 2 (21,2%), nomeada de Economia Circular e Transparência Comunicativa, apresenta termos como "*circular economy*", "*green*", "*readability*" e "*finance*". Esta classe aborda a transição para modelos econômicos sustentáveis, como a economia circular. **A menção à legibilidade ("*readability*") está diretamente**

relacionada aos achados de Keskin e Esen (2024), que identificaram níveis reduzidos de clareza nos relatórios financeiros, dificultando a compreensão por parte dos *stakeholders*. Essa limitação comunicacional alinha-se às críticas habermasianas sobre a necessidade de uma linguagem acessível, que permita o entendimento das implicações econômicas e ambientais das práticas empresariais por diferentes públicos.

Por sua vez, a Classe 3 (15,2%) foi nomeada como Divulgações Ambientais e Legitimidade. Esta classe enfatiza termos como "*air*", "*water*", e "*disclosure*", destacando a importância das divulgações específicas sobre recursos naturais. A fragmentação dessas divulgações, como indicado por Saha e Khan (2024), revela um desafio para a integração dos interesses dos *stakeholders*. Sob a ótica de Habermas (1984), a transparência e o diálogo sobre os impactos ambientais são fundamentais para a legitimidade das práticas corporativas.

A Classe 4 (21,2%) foi nomeada como Indicadores de Sustentabilidade e Governança Colaborativa. Termos como "*csr*", "*indicator development*", e "*dimension social*" refletem o foco na criação e uso de indicadores para medir a responsabilidade social corporativa. A conexão com a governança corporativa reforça a necessidade de integrar dimensões sociais e ambientais nas decisões estratégicas das empresas. Como Habermas (1984) e Freeman (1984) defendem, a legitimidade das práticas de RSC está enraizada em processos deliberativos que incluam perspectivas diversas.

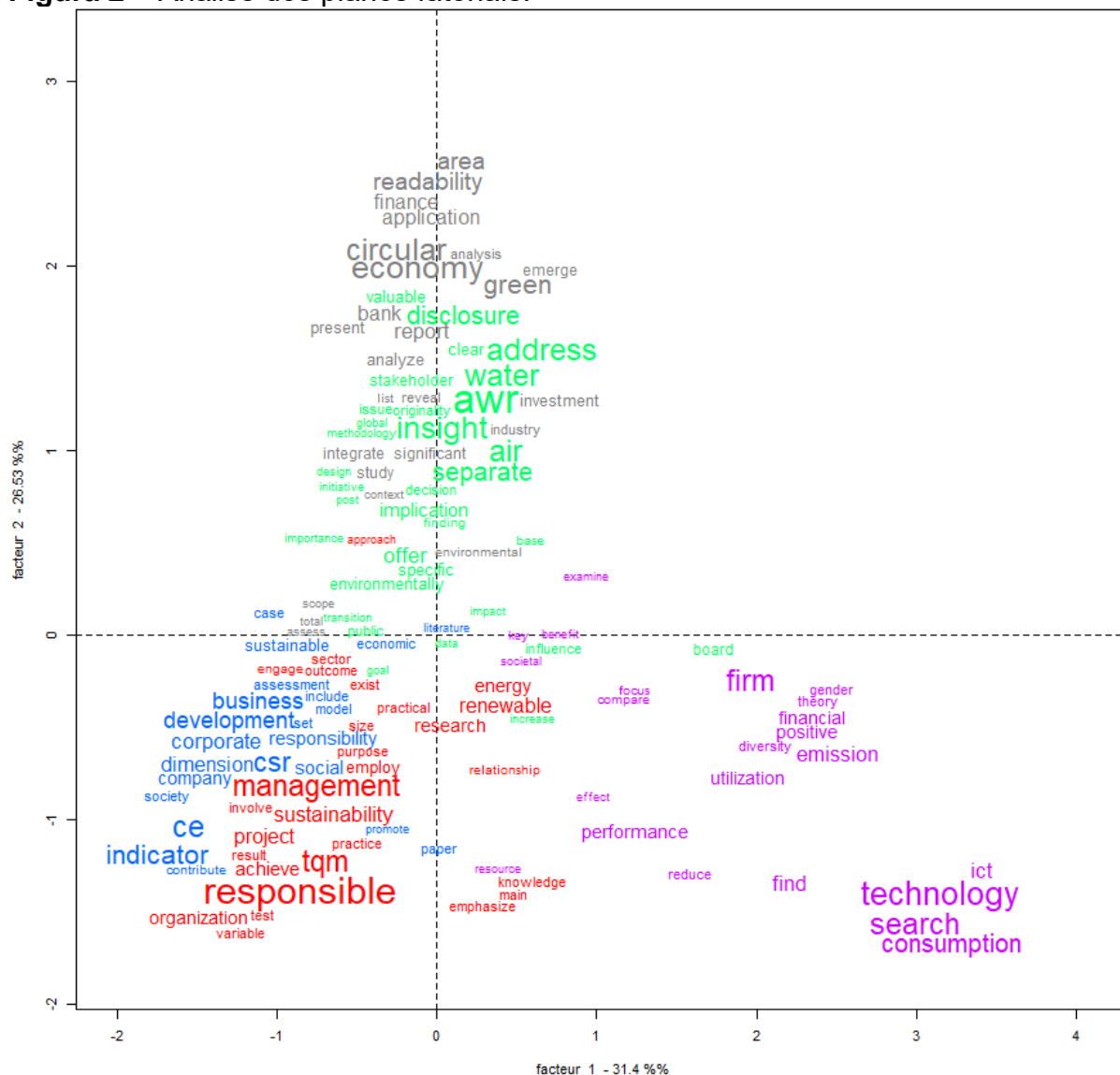
A última classe, Classe 5, foi nomeada de Tecnologia e Responsabilidade Socioambiental. Concentra-se em termos como "*technology*", "*firm*", e "*consumption*", apontando para o papel das inovações tecnológicas na redução de emissões e no consumo energético sustentável. A relevância das abordagens tecnológicas é clara, mas é necessário garantir que tais inovações sejam acompanhadas de comunicação ética e inclusiva, conforme o modelo habermasiano.

A análise dos planos fatoriais (AFC), apresentado na figura a seguir, complementa a interpretação dos dados, mostrando como os textos e palavras-chave se distribuem em relação às classes.

Observa-se uma clara polarização entre temas relacionados à eficiência organizacional (Classe 1) e à transparência comunicativa (Classe 2 e Classe 3), sugerindo diferentes prioridades nas práticas corporativas. O papel de tecnologias e inovações energéticas (Classe 5) como um eixo central para conectar as demandas econômicas e ambientais.



Figura 2 – Análise dos planos fatoriais.



Fonte: Iramuteq/Autores (2025).

Sob a ótica de Habermas (1984, 1998), a análise das Classes 1 e 4 revela a coexistência de vocabulário voltado à eficiência organizacional ("*tqm*", "*project*", "*responsible management*") com termos associados a indicadores sociais e ambientais ("*dimension social*", "*csr*", "*indicator development*"), o que evidencia a necessidade de práticas corporativas que articulem desempenho econômico e inclusão socioambiental. Embora o método de Reinert revele avanços significativos em temas como economia circular e TQM, a fragmentação dos discursos ambientais e a baixa legibilidade dos relatórios sugerem lacunas na comunicação com os *stakeholders*. Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012) reforçam que a

sustentabilidade só será plenamente alcançada por meio de interações deliberativas e inclusivas, capazes de integrar as diferentes dimensões da RSC.

Os resultados desta análise apontam para a necessidade de um alinhamento mais robusto entre práticas corporativas e princípios de comunicação ética e transparente, promovendo decisões mais equilibradas e legítimas no contexto da sustentabilidade.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise qualitativa dos quinze artigos e a cartografia discursiva permitiram identificar padrões relevantes de racionalidade comunicativa e instrumental nas práticas de RSC. Com base nesses achados, esta seção discute os resultados à luz das teorias de Freeman e Habermas, aprofundando os desafios éticos, comunicacionais e estratégicos identificados.

A integração entre a teoria dos *stakeholders* e a teoria do agir comunicativo revela um modelo de gestão que transcende a busca pelo lucro imediato, promovendo uma visão de longo prazo baseada na sustentabilidade, na ética e na criação de valor para todos os envolvidos (FREEMAN, 1984; HABERMAS, 1984). Essa abordagem holística reforça a importância de práticas empresariais que considerem tanto o impacto das suas atividades em um espectro mais amplo de *stakeholders* quanto à qualidade e à autenticidade da comunicação organizacional (FREEMAN; LIEDTKA, 1991).

Os resultados apresentados indicam que, embora as práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) estejam cada vez mais difundidas, muitas organizações ainda adotam uma abordagem predominantemente instrumental. Isso se alinha à crítica de Habermas (2012) sobre a predominância da racionalidade instrumental nas estruturas corporativas, em que a RSC é muitas vezes utilizada como uma ferramenta de marketing ou uma estratégia para mitigar riscos reputacionais, em vez de refletir um compromisso ético genuíno com a sociedade (FORESTER, 2003).

Por outro lado, **alguns estudos analisados descrevem esforços organizacionais voltados à integração de práticas de RSC alinhadas à ação comunicativa**, conforme proposto por Habermas (1984). Nesses casos, o diálogo



com os *stakeholders* não se limita a uma formalidade, mas envolve processos autênticos de participação, nos quais diferentes vozes são ouvidas e consideradas na formulação de políticas e decisões estratégicas (CUKIER; **BAUER; MIDDLETON**, 2003). Essa prática está em consonância com as pretensões de validade da comunicação autêntica – inteligibilidade, verdade, legitimidade e sinceridade – que Habermas (1984) identifica como essenciais para o discurso ético.

Além disso, os resultados evidenciam um aumento no interesse acadêmico por temas relacionados à RSC e ao Relato Integrado, refletindo uma tendência crescente na produção científica. Esse fenômeno pode ser interpretado à luz da teoria dos *stakeholders* de Freeman (1984), que destaca a importância do engajamento dos diferentes grupos de interesse em contextos de transformação social e ambiental. Essa abordagem amplia a compreensão da responsabilidade corporativa, destacando que o sucesso organizacional depende de um equilíbrio entre interesses econômicos, sociais e ambientais (BASTOS *et al.*, 2024).

Os estudos analisados indicam que a falta de transparência e a ausência de mecanismos eficazes de diálogo com os *stakeholders* são apontadas como desafios recorrentes à legitimidade das práticas de RSC, especialmente em contextos marcados pela fragmentação das divulgações ambientais e pela baixa legibilidade dos relatórios (KESKIN; ESEN, 2024; SAHA; KHAN, 2024). Isso está diretamente relacionado à ideia de distorção comunicativa de Habermas (1984), que ocorre quando a comunicação é utilizada de forma estratégica para manipular percepções, em vez de promover um entendimento mútuo genuíno (INOCÊNCIO, 2022). Tais práticas podem gerar desconfiança e prejudicar a imagem institucional a longo prazo (GARCÍA-MARZÁ, 2005).

Por fim, destaca-se que a combinação das perspectivas teóricas de Freeman (1984) e Habermas (1984) oferece um quadro analítico poderoso para avaliar a efetividade da RSC nas organizações. Enquanto a teoria dos *stakeholders* enfatiza a importância de considerar as demandas e expectativas de diferentes grupos de interesse (FREEMAN; LIEDTKA, 1991), a teoria do agir comunicativo acrescenta uma dimensão ética e discursiva, essencial para a construção de relações organizacionais mais transparentes, inclusivas e democráticas (HABERMAS, 2003). Essa integração teórica contribui para uma

compreensão mais ampla e crítica dos desafios e oportunidades associados à implementação de práticas de RSC no contexto contemporâneo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam a relevância de práticas corporativas que integrem a sustentabilidade, a responsabilidade social corporativa (RSC) e a governança ética, especialmente no setor energético. Ao adotar a perspectiva teórica de Habermas (1984, 1998) e Freeman (1984), a análise revelou a importância da ação comunicativa e da inclusão de *stakeholders* como elementos fundamentais para legitimar as práticas empresariais. A combinação de métodos bibliométricos, análise textual e categorização hierárquica descendente permitiu identificar avanços significativos na literatura, mas também destacou lacunas importantes.

Os dados analisados indicam um crescimento contínuo na produção acadêmica sobre os temas investigados, com destaque para a relevância de conceitos como economia circular, governança colaborativa e inovações tecnológicas. No entanto, a fragmentação das divulgações ambientais e a baixa legibilidade dos relatórios corporativos revelam desafios significativos para uma comunicação transparente e inclusiva, alinhada aos princípios da ação comunicativa habermasiana.

Sob a ótica da teoria dos *stakeholders*, a pesquisa reforça que a legitimidade das práticas corporativas está diretamente ligada à criação de espaços de diálogo que promovam a inclusão de diferentes perspectivas, especialmente aquelas de grupos marginalizados. A ausência de mecanismos claros para engajamento efetivo dos *stakeholders* representa uma oportunidade de melhoria para integrar os interesses sociais, ambientais e econômicos de forma equilibrada.

O presente estudo analisou o uso de Relatos Integrados (RI) e práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor energético, à luz da teoria da ação comunicativa de Habermas e da teoria dos *stakeholders* de Freeman. As análises permitiram identificar como as empresas gerenciam suas relações com diferentes partes interessadas, destacando desafios e oportunidades para uma comunicação mais ética e transparente.

Os resultados evidenciam que, embora muitas organizações adotem práticas de RSC, essas iniciativas nem sempre refletem um compromisso autêntico com os



princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social. Em muitos casos, as ações de RSC ainda são orientadas por uma lógica de razão instrumental, focada na maximização de benefícios reputacionais e na mitigação de riscos, em vez de promover um diálogo genuíno com os *stakeholders*.

A integração entre a teoria dos *stakeholders* e a teoria do agir comunicativo revela que uma abordagem mais robusta da RSC requer o reconhecimento da importância do engajamento autêntico com todas as partes interessadas. O agir comunicativo, ao enfatizar a busca pelo entendimento mútuo e a construção de consensos, contribui para a criação de ambientes organizacionais mais inclusivos e democráticos, nos quais a transparência e a ética não são apenas valores declarados, mas práticas efetivas no cotidiano das organizações.

Ademais, o estudo destaca que a legitimidade das práticas de RSC depende da capacidade das empresas de integrar valores éticos em suas decisões estratégicas, superando a visão utilitarista e instrumental da responsabilidade social. O diálogo autêntico, baseado nas pretensões de validade propostas por Habermas (inteligibilidade, verdade, legitimidade e sinceridade), constitui um elemento fundamental para fortalecer a confiança e a credibilidade das organizações perante seus *stakeholders*.

Por fim, as reflexões teóricas e empíricas aqui apresentadas contribuem para o avanço do debate sobre RSC e RI, oferecendo subsídios para a formulação de políticas corporativas mais alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da governança ética. Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação da análise para outros setores, bem como a investigação de práticas específicas de engajamento de *stakeholders* em diferentes contextos organizacionais.

Os achados também destacam que, embora os avanços tecnológicos sejam fundamentais para reduzir os impactos ambientais e melhorar a eficiência organizacional, eles precisam ser acompanhados por uma comunicação ética e deliberativa. Apenas por meio de interações dialógicas e inclusivas será possível consolidar práticas corporativas que conciliem resultados econômicos com o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental.

Avançar nessas direções exige não apenas mudanças nas práticas corporativas, mas também um esforço conjunto entre academia, empresas e sociedade, para fomentar uma governança sustentável, inclusiva e legitimada por princípios éticos.



A principal contribuição desta pesquisa está em consolidar um modelo teórico-prático que valorize a ação comunicativa e o engajamento dos *stakeholders* como pilares centrais para a sustentabilidade corporativa. Os resultados apresentados oferecem *insights* valiosos, tanto para futuras pesquisas quanto para a formulação de políticas públicas e estratégias empresariais que busquem harmonizar desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

ALDA, M. Corporate sustainability and institutional shareholders: The pressure of social responsible pension funds on environmental firm practices. **Business Strategy and the Environment**, v. 28, n. 6, p. 1060–1071, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bse.2301>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

AGUDO-VALIENTE, J. M.; GARCÉS-AYERBE, C.; SALVADOR-FIGUERAS, M. Corporate social performance and stakeholder dialogue management. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 22, n. 1, p. 13–31, 2015.

ARROYO, Maria Betânia Fidalgo; COUTINHO, Mauro Margalho; GOMES, Poliana Bentes de Almeida. Análise de transparência e democracia deliberativa na gestão da CFEM no Brasil. **Administração de Empresas em Revista Unicuritiba**, v. 1, n. 34, p. 189-204, jan./mar. 2024. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/6847/371374859>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

ATIF, M.; HOSSAIN, M.; ALAM, M. S.; GOERGEN, M. Does board gender diversity affect renewable energy consumption? **Journal of Corporate Finance**, v. 66, p. 101665, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2020.101665>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Marcos Filho Lima; ROCHA, Miriam Karla; ARAMAYO, Jesús Leodaly Salazar; MAIA, Macilene Maria Monteiro; FIGUEIREDO, Ciro José Jardim de. Quais atividades econômicas possuem um melhor desempenho sustentável? Uma análise multivariada nas empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa do Brasil. **Administração de Empresas em Revista Unicuritiba**, v. 2, n. 35, p. 357-392, abril/junho 2024. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/6848>. Acesso em: 22 de outubro.

CARROLL, A. B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

CLARKSON, M. B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating Corporate Social Performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92–117, 1995.

CUKIER, W.; BAUER, R.; MIDDLETON, C. The discourse of learning technology in Canada. In: **Global and Organizational Discourse about Information Technology**. Boston, MA: Springer, 2003.

FREEMAN, R. E. Strategic management: A stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E.; LIEDTKA, J. Corporate Social Responsibility: A Critical Approach. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 91-98, 1991.

FORESTER, J. *The Deliberative Practitioner: Encouraging Participatory Planning Processes*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.

GARCÍA-MARZÁ, D. Trust and dialogue: Theoretical approaches to ethics auditing. *Journal of Business Ethics*, v. 57, n. 3, p. 209-219, 2005.

GLIEDT, Travis; HOICKA, Christina E. Energy upgrades as financial or strategic investment? Energy Star property owners and managers improving building energy performance. **Applied Energy**, v. 147, p. 430-443, 2015.

HABERMAS, J. Teoria da ação comunicativa: Racionalidade da ação e racionalização social. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. The inclusion of the other: Studies in political theory. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo II: Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HUSSAIN, T.; WANG, D.; BENQIAN, L. Examining the role of responsible management, CSR, and TQM in enhancing renewable energy projects: An empirical analysis. *Ecological Frontiers*, v. 44, n. 3, p. 478–488, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chnaes.2023.06.010>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.



INOCÊNCIO, Ewerton Roberto; FAVORETO, Ricardo Lebbos. Distorções comunicativas em relatórios de sustentabilidade: uma análise pautada no pensamento habermasiano. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 4, p. 543-556, jul./ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/86503/81436>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

KESKIN, H.; ESEN, E. Themes and readability of integrated reports of banks from a circular economy perspective. **International Journal of Bank Marketing**. Publicação antecipada online, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJBM-01-2024-0028>. Acesso em: 22 de outubro.

KIM, H.; JUNG, H. J.; LEE, C. H. Carbon emissions and the search for renewable energy technology: Information and communication technology (ICT) firms' environmental responsibility. **Production and Operations Management**, v. 33, n. 5, p. 1155–1175, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10591478241240126>. Acesso em: 12 janeiro de 2025.

MORY, L.; WIRTZ, B. W.; GÖTTEL, V. Factors of internal corporate social responsibility and the effect on organizational commitment. **International Journal of Human Resource Management**, v. 27, n. 13, p. 1393–1425, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09585192.2015.1072103>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

NIYOMMANEERAT, W.; SUWANTEEP, K.; CHAVALPARIT, O. Sustainability indicators to achieve a circular economy: A case study of renewable energy and plastic waste recycling corporate social responsibility (CSR) projects in Thailand. **Journal of Cleaner Production**, v. 391, art. 136203, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.136203>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

POST, C.; RAHMAN, N.; McQUILLEN, C. From board composition to corporate environmental performance through sustainability-themed alliances. **Journal of Business Ethics**, v. 130, n. 2, p. 423–435, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2231-7>. Acesso em: 15 janeiro de 2025.

SAHA, A. K.; KHAN, I. Disaggregating air, water, and renewable energy disclosures in developing economies: The role of regulatory impact and board characteristics. **Journal of Applied Accounting Research**. Publicação antecipada online, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JAAR-08-2023-0233>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

SHIN, H.; ELLINGER, A. E.; NOLAN, H. H.; DeCOSTER, T. D.; LANE, F. An assessment of the association between renewable energy utilization and firm financial performance. **Journal of Business Ethics**, v. 151, n. 4, p. 1121-1138, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3249-9>. Acesso em: 10 de dezembro de 2024.



VASCONCELOS, I. F. F. G. de; ALVES, M. A.; PESQUEUX, Y. Responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável: Olhares habermasianos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, p. 148–152, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZXkXR4wVb5VGgFbmtvQSPJw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

YE, J.; AL-FADLY, A.; HUYNH, P. Q.; NGO, T. Q.; HUNG, D. D. P.; TIEN, N. H. The nexus among green financial development and renewable energy: Investment in the wake of the Covid-19 pandemic. **Economic Research-Ekonomska Istrazivanja**, v. 35, n. 1, p. 5650–5675, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1331677X.2022.2035241>. Acesso em: 25 outubro de 2024.

YI, Y. X.; ZHANG, L. M.; DU, L.; SUN, H. L. Cross-regional integration of renewable energy and corporate carbon emissions: Evidence from China's cross-regional surplus renewable energy spot trading pilot. **Energy Economics**, v. 135, p. 107649, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eneco.2024.107649>. Acesso em: 25 outubro de 2024.